



DIREITO CONSTITUCIONAL

 **Estratégia**
OAB

I – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso **1º Simulado Online** para a **2ª fase do 39º Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 02.12.23), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital 39º Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*

Um ótimo simulado a todos. ;)



**FALE COM
A GENTE!**



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Alda, cidadã brasileira, divorciada, empresária, ficou sabendo que estava ocorrendo superfaturamento e fraude em uma determinada licitação. Todos os cidadãos do local, assim como Alda, tinham conhecimento de tal situação, porém não tinham provas robustas do fato. Diante do cenário, Alda decidiu requerer ao Governador do seu Estado de origem acesso aos elementos que permitissem a certificação das situações capazes de gerar uma ação judicial cabível. Ocorre que o Governador negou tais elementos de prova, afirmando que as informações são imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado. Após 90 dias de negativa, Alda, inconformada com o feito, decide procurar você para elaborar uma medida judicial cabível contra a negativa do Governador. Levando em consideração as informações expostas e ciente da desnecessidade da dilação probatória, elabore a ação judicial adequada com todos os fundamentos jurídicos que conferem sustentação ao direito de Alda. (Valor: 5,00)

Obs: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

João elegeu-se deputado federal no pleito de 2018, pelo Distrito Federal. Após a expedição do diploma, mas antes da posse, foi preso em flagrante pela polícia legislativa da Câmara dos Deputados, porque portava grande quantidade de substância entorpecente classificada como cocaína. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que João deve ser julgado perante o Supremo Tribunal Federal?
- b) É possível afirmar que caso seja condenado, João perderá automaticamente o mandato, por força da própria decisão judicial transitada em julgado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

A Lei nº 123 do Município Gama estabelece que, em certo bairro, considerado área residencial, fica vedada a instalação de mais de um centro empresarial de grandes proporções, com área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) e que reúna em suas dependências mais de 8 (oito) lojas distintas.

Ante a existência de um estabelecimento comercial com tais características no bairro “X”, a administradora Beta, visando abrir um shopping center no mesmo bairro para concorrer com o empreendimento já existente, procura você, na qualidade de advogado(a), para obter esclarecimentos quanto à viabilidade deste empreendimento.

Nesse sentido, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que a Constituição da República de 1988 atribui aos Municípios competência para promover o zoneamento urbano, logo, a Lei nº 123 encontra respaldo constitucional?
- b) Caso a Lei nº 123 não encontre respaldo constitucional, qual é a medida judicial de controle objetivo cabível?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Enzo, cidadão italiano, decide passar férias no litoral do nordeste brasileiro. Durante sua estadia, de modo acidental, corta-se gravemente com o facão que manuseava para abrir um coco verde, necessitando de imediato e urgente atendimento hospitalar. Ocorre que o hospital de emergência X da localidade se recusa a atender Enzo, ao argumento de que, por ser estrangeiro, ele não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde, devendo procurar um hospital particular. O hospital particular Y afirmou que também não poderia atendê-lo, visto que participa de forma complementar do SUS e o atendimento ao estrangeiro vai contra as diretrizes apresentadas pela instituição. Com base no caso hipotético, responda e justifique os itens a seguir.

- a) É possível afirmar que o argumento dado pelo hospital X está em conformidade com o ordenamento jurídico-constitucional?
- b) As instituições privadas com fins lucrativos podem participar do SUS de forma complementar?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O Presidente da República decretou no mês de janeiro estado de exceção em determinada região do país, em função de ameaças à ordem pública e a paz social decorrentes de desastres provocados pelas chuvas torrenciais do início do ano, sem que tenha havido anterior decreto de exceção pelo mesmo fato. Houve muita discussão sobre os procedimentos que deveriam ser seguidos no caso apresentado, logo, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que, com base nos dados indicados no enunciado, o Presidente da República não poderia decretar o estado de exceção antes de requerer autorização ao Congresso Nacional?
- b) Qual é o procedimento que deve ser seguido no presente caso?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

(...)

Pessoal! E assim concluímos nossa correção.

Espero que tenham gostado. ;)

Continuem firmes no propósito.

Prof. Diego Cerqueira